

informações

A CAMINHO DE UMA COMUNIDADE EUROPEIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Em Novembro de 1977, a Fundação Europeia da Ciência (ESF)¹ decidiu estabelecer uma Comissão Permanente para as ciências sociais, composta de «representantes» de diversas disciplinas das ciências sociais provenientes, naquela data, de dezasseis países da Europa Ocidental². Com esta iniciativa a Fundação Europeia da Ciência concretizou uma das recomendações formuladas no relatório final da comissão «ad hoc» para as ciências sociais constituída, em 1976, pela ESF e presidida por Ralf Dahrendorf³.

Um novo organismo surgiu assim no sistema europeu das ciências sociais.

Quanto às razões que «justificaram» a sua criação perante as organizações membros da ESF, assim como os seus objectivos, ressaltam antes de mais o facto de se tratar de algo de novo que poderá ter uma considerável importância no desenvolvimento futuro das ciências sociais na Europa.

1. Razões e objectivos da iniciativa

Na origem da iniciativa está, naturalmente, a constatação de um certo número de problemas relativos à condição e ao estatuto das ciências sociais na Europa Ocidental em meados dos anos setenta. As ciências sociais experimentaram, a partir da segunda guerra mundial, um notável desenvolvimento no plano quantitativo (crescimento rápido e constante até ao início dos anos setenta dos créditos afectados à pesquisa social, multiplicação das revistas e publicações pe-

riódicas, um número cada ano crescente de livros, criação de uma quantidade considerável de cadeiras ou de cursos universitários, de institutos e centros de investigação tanto a nível nacional como europeu, etc.). No plano qualitativo (desenvolvimento teórico e metodológico), os progressos verificados não foram de menor envergadura, embora se tenha de reconhecer que a situação varia de país para país e de uma disciplina para outra. Finalmente, as ciências sociais foram sendo, de facto, cada vez mais chamadas a desempenhar um papel de consultor e de «terapeuta» junto dos governos, do patronato, dos sindicatos e dos partidos políticos.

Todavia, apesar desta situação indubitavelmente favorável, os trabalhadores científicos têm consciência da existência de uma série de pontos críticos nos sectores essenciais do sistema das ciências sociais. Alguns desses especialistas falam mesmo de uma «crise» das ciências sociais, crise que seria reflexo da «crise» geral (crise de civilização, dizem) das sociedades contemporâneas e, em particular, do mundo ocidental e ocidentalizado.

A opinião pública, por seu lado, teria igualmente perdido, no decurso de todos esses anos, a confiança «quase mágica» que manifestara por esses novos tutores «científicos» que lhe pareciam ser os sociólogos, os politicólogos, os psicólogos sociais ou os economistas.

Entre esses pontos críticos a Comissão «ad hoc» reteve:

As consideráveis dificuldades que se deparam, em muitos sectores das ciências sociais, à criação duma verdadeira comunidade científica edificada sobre um diálogo eficaz. O pluralismo metodológico que hoje caracteriza as ciências sociais não é um mal em si, mas torna-se, sim, num mal na medida em que desemboca em certas formas «institucionalizadas» de rigidez, em posições herméticas, escolásticas, que impedem a permuta e o encontro fecundo entre as diferentes perspectivas e métodos.

A proliferação da informação que, neste contexto de pluralismo metodológico surdo e multiplicado

¹ A Fundação Europeia da Ciência, criada em fins de 1974, agrupa quarenta e cinco organismos de investigação. Tem como finalidade promover na Europa a cooperação e a mobilidade nos diversos domínios da investigação científica de base.

² A composição actual da comissão é a seguinte:

Presidente: J.-J. Solomon (OCDE). Membros: G. Bruckmann (Áustria); H. Vander Eycken (Bélgica); H. P. Clausen (Dinamarca); F. Furet (França); E. Lisle (França); R. Mayntz (República Federal Alemã); P. Ryan (Irlanda); V. Frosini (Itália); H. M. Jolles (Países Baixos); T. Thonstad (Noruega); V. Magalhães Godinho (Portugal); V. Fernandez Vargas (Espanha); W. Rüegg (Suíça); D. Robinson (Reino Unido); D. Bilandzic (Jugoslávia); R. Petrella (CEE).

³ Os leitores interessados podem obter o texto integral do relatório solicitando-o directamente à Fundação Europeia da Ciência (1, quai Lesay-Marnesia, F-67000 Strasbourg).

até ao infinito ao sabor das «escolas», dos grupos e dos interesses científicos estabelecidos, perde em qualidade e eficácia. De facto, a informação apresenta-se desordenada, mal organizada, pulverizada. Os supostos utilizadores têm cada vez maior dificuldade em saber o que está a ser realizado, sobre o quê e por quem e em distinguir o essencial daquilo que o não é.

Finalmente — apesar de se poder verificar uma certa internacionalização das ciências sociais — as grandes dificuldades que persistentemente se opõem à via duma verdadeira europeização da formação e da pesquisa em ciências sociais e, simultaneamente, os perigos reais de re-nacionalização destas disciplinas. A mobilidade europeia dos professores e dos estudantes encontra-se ainda na fase das intenções piedosas. Começa, em todo o caso, a ensaiar os seus primeiros passos. E o mesmo acontece com as actividades de investigação. Sérios obstáculos de ordem financeira, burocrática, psicológica, política e linguística continuam a bloquear o desenvolvimento de redes de cooperação entre os investigadores empenhados em actividades de pesquisa europeias, transnacionais e transdisciplinares⁴.

Ora, tendo, em conta a importância destes pontos críticos, a assembleia da ESF adoptou a ideia, amadurecida no decurso das discussões no seio da Comissão «ad hoc», da necessidade de desenvolver esforços com vista a promover a edificação de uma comunidade europeia de ciências sociais.

Mas em que direcção deveriam esses esforços ser em primeiro lugar desenvolvidos?

«A primeira etapa no caminho para essa tal comunidade é a de fornecer informações completas. De facto, existe uma abundância de fontes de

informação nas ciências sociais, mas a maior parte dessas fontes de informação não estão verdadeiramente disponíveis na medida em que são de difícil acesso e em que a sua existência é muitas vezes ignorada»⁵.

O que haverá a fazer será, portanto, apoiar numa perspectiva europeia e cooperativa as tentativas em curso e promover iniciativas específicas no domínio da informação relativamente aos centros e institutos de investigação, aos resultados de investigação e às pesquisas em curso.

Por outro lado, «um dos instrumentos mais evidentes para suscitar e promover a edificação duma comunidade europeia das ciências sociais é a formação e, mais particularmente, a formação de pós-graduação a nível europeu e a formação de investigadores jovens sobretudo em matéria de investigação comparada.»

É certo que o desenvolvimento de uma rede de programas de cooperação a nível europeu para a formação de investigadores sensibilizados para a investigação comparativa transnacional constitui uma das tarefas de mais difícil realização. Será, por isso, necessário, numa primeira fase, procurar reforçar as instituições existentes neste domínio a fim de que as condições necessárias e indispensáveis requeridas por uma política europeia de formação em ciências sociais possam ser efectivamente satisfeitas.

Finalmente, o terceiro instrumento que permitirá a criação duma comunidade europeia das ciências sociais é a promoção da investigação comparativa europeia de tipo cooperativo.

Com esta finalidade a «ESF poderia contribuir para o desenvolvimento das ciências sociais assegurando no plano europeu a coordenação dos grupos ou projectos de investigação existentes. Contribuição essa que ajudaria também a melhorar a qualidade dos resultados de investigação aumentando as possibilidades recíprocas de enriquecimento, de alargamento de perspectivas e tomada em consideração sistemática duma dimensão comparativa».

Coordenar significa escolher, estabelecer prioridades. Por isso uma das tarefas da ESF será propor às suas organizações-membro projectos de investigação com interesse prioritário numa perspectiva europeia. Nesse sentido deverão ser elaborados e aplica-

⁴ É de assinalar, a propósito, o papel de pioneiro e o carácter único do Centro Europeu de Investigação e de Documentação em Ciências Sociais de Viena, criado há cerca de quinze anos, e cujo objectivo é promover a cooperação entre investigadores da Europa Ocidental e do Leste, sobretudo através de investigações comparativas de tipo cooperativo.

Remetemos os interessados neste aspecto do sistema das ciências sociais na Europa para a obra de R. Petrella e A. Schaff, *Une expérience de coopération européenne dans les sciences sociales*, editada pelo Centro de Viena em 1973.

⁵ As citações são do relatório final da comissão «ad hoc».

dos critérios adequados, tanto no plano científico, como no plano operacional. Será necessário, no entanto, evitar a promoção exclusiva de investigações prioritárias. Efectivamente é «provavelmente inevitável que a investigação percorra, em muitos casos, caminhos já trilhados e aceites. E no entanto a inovação e o progresso têm mais possibilidades de virem a poder surgir à margem e mesmo em oposição às doutrinas estabelecidas. Nos países livres a inovação deste tipo não exige um esforço importante pois os indivíduos que a desejem poderão seguir percursos não convencionais». Por esta razão, a Comissão «ad hoc» considerou que se deveria preservar uma parte dos recursos disponíveis e dos esforços da ESF com vista a «abrir novas perspectivas de investigação através da concessão de subsídios para a investigação considerados como «verba de arranque» («seed money»), ou fundos sujeitos a um risco elevado».

No esquema da página 192 indica-se de modo sintético o conjunto das recomendações da Comissão «ad hoc».

2. A comissão: ano zero e perspectivas

Como se vê, o mandato da nova comissão permanente não é fácil nem desprovido de ambições.

No momento em que a comissão inicia a sua existência ninguém pode prever quais serão a sua acção e o seu impacto.

As linhas que se seguem não visam, por isso, mais do que fornecer alguns elementos de informação e de reflexão. Não faltam trunfos à comissão. Ela surge num momento próprio para atingir objectivos que respondem a necessidades reais. Quem ousaria, efectivamente, afirmar não ser oportuno empreender iniciativas enérgicas com vista à promoção da mobilidade europeia dos investigadores e dos estudantes? Quem poderia contentar-se com a situação actual das infra-estruturas «europeias» no domínio da investigação comparativa e da informação sobre as ciências sociais? Quem seria capaz de defender o «statu quo» no que respeita aos métodos desenvolvidos nas ciências sociais; particularmente no domínio das pesquisas por sondagem e das investigações pretensamente inter, multi e trans-disciplinares? Quem poderia negar a necessidade dum espaço e de um quadro institucionais susceptíveis de

promover uma reflexão contínua e sistemática sobre estas questões, reflexão assente num aberto intercâmbio entre os contributos mais diversos?

Pensamos, assim, que a comissão tem diante de si um futuro promissor, uma vez que estamos firmemente convencidos do interesse objectivo das razões acima indicadas.

A comissão, tem, no entanto, limitações. Terá, além disso, que ultrapassar grandes dificuldades. Uma das limitações institucionais reside no facto da comissão não ter, em princípio, qualquer «poder financeiro» autónomo. Nessa medida, não tem orçamento próprio para gerir, para atribuir, mas tem apenas um poder de propor. Trata-se, efectivamente, dum organismo «consultivo», cabendo, em última instância, aos organismos nacionais das ciências sociais membros da ESF o poder de decisão, uma vez que são eles que «puxam os cordões à bolsa». A função da comissão é elaborar propostas quanto às prioridades e às iniciativas a desenvolver para ser atingido o objectivo geral da ESF no domínio em questão. O financiamento das actividades propostas pela comissão será feito «à lista», se assim se pode dizer. Certas actividades de âmbito geral com interesse para o conjunto dos países cobertos pela ESF poderão ser financiadas por todos os organismos membros da organização.

Outras, pelo contrário, serão financiadas numa base bilateral ou multilateral, segundo o interesse suscitado nos organismos dos vários países. Esta fórmula, que pode apresentar alguns inconvenientes, oferece, no entanto, a vantagem da elasticidade, dando aos diferentes organismos a possibilidade de organizar a cooperação europeia em função de iniciativas concretas.

Quanto às dificuldades, elas referem-se à própria natureza dos objectivos a atingir e das soluções possíveis.

É evidente que na fase actual de crise económica e de recessão dos créditos atribuídos à investigação social num certo número de países, existe o risco de sob pressão dos poderes públicos ser dada prioridade, mais do que no passado, no domínio da investigação e da formação, às iniciativas destinadas a «resolver» os problemas «nacionais».

Neste caso a disponibilidade dos diferentes países para investirem na cooperação europeia poderia ser se-

Desenvolvimento duma comunidade europeia das ciências sociais através de uma melhor organização da cooperação europeia.				
Objectivo	1	2	3	4
Sectores de intervenção	Informação	Formação	Investigação	Promoção geral
	Organização e estruturas das ciências sociais Resultados e desenvolvimentos da investigação	Pós-universitária, nível europeu Investigação comparativa, investigadores jovens		
Propostas	Inventário dos centros de investigação e formação Promoção de redes de dados e de formação Melhor informação da opinião pública acerca das ciências sociais	Redes cooperativas entre instituições de formação pós-universitária Sistema de bolsas europeias	Apoio aos grupos de investigação ou projectos europeus Criação de um fundo de estímulo às investigações «inovadoras» Promoção de investigações europeias transnacionais numa base cooperativa	Encorajar o ensino das línguas nas faculdades de ciências sociais Apoio às publicações periódicas de carácter europeu Criação de um prémio europeu Programa de bolsas europeias para os períodos académicos Apoio à criação de um centro Europeu de Estudos Políticos

veramente limitada. A cooperação europeia seria sacrificada: a quota parte dos recursos disponíveis destinada a este fim continuaria a fazer figura de filho desprezado como acontece actualmente.

A comissão poderia ver-se, assim, na situação delicada de propor iniciativas necessárias que, no entanto, não poderia financiar.

Terá, por isso, de escolher e seleccionar criteriosamente um universo de acções limitado mas cujos efeitos directos e secundários deverão ser de grande importância.

E também por outra razão deverá fazer opções judiciosas: recém-nascido, ser-lhe-á necessário conquistar credibilidade e uma certa autoridade não apenas junto dos organismos nacionais responsáveis pelo sector das ciências sociais, mas também e sobretudo junto da comunidade científica no sentido mais amplo da expressão. Comunidade científica esta que é, aliás, caracterizada, por certas estruturas, certas práticas, certos interesses estabelecidos e, digamo-lo, por uma certa organização do poder. A competição entre grupos, a nível nacional e europeu, é forte. Daí a probabilidade que certas iniciativas futuras da comissão possam vir a ser mal «recebidas» e provoquem reacções de defesa. Por outro lado, as suas opções e prioridades poderão vir a ser consideradas como exclusivas, vindas de cima e favorecendo os grupos, centros e institutos que ocupam já uma posição central no sistema das ciências sociais, em detrimento de grupos menos conhecidos, desfrutando de menores recursos ou localizados nas zonas periféricas da Europa.

Este género de problemas e as opções que implicam surgirão inevitavelmente nos próximos meses, nomeadamente no que respeita à informação, à formação e à mobilidade e às prioridades de investigação.

Parece-nos, por isso, ser necessário dar o devido valor à tendência que de modo nítido e maioritário se ma-

nifestou no seio da Comissão «ad hoc» como já acontecera aquando da primeira reunião da comissão permanente (Fevereiro de 1978), tendência que definira como prioritários os esforços destinados a:

1. Assegurar que as iniciativas susceptíveis de se tornarem objecto de propostas da comissão provenham o mais possível dos próprios investigadores. Daí a proposta de publicação nas revistas de ciências sociais existentes nos vários países europeus ocidentais duma nota informativa sobre a comissão, convidando as equipas de investigação interessadas em cooperar com equipas de outros países europeus a darem-se a conhecer e a apresentarem propostas.
2. Apoiar iniciativas já existentes que tenham como objectivo contribuir para uma europeização que assente em bases mais sólidas e mais institucionalizadas e que, neste quadro, favoreçam as iniciativas de grupos semi-formais e espontâneos.
3. Promover uma estreita cooperação da ESF com os organismos de vocação e dimensão europeias já existentes (como, por exemplo, o Centro Europeu de Coordenação de Investigação e Documentação em Ciências Sociais de Viena, o Instituto Universitário Europeu de Florença, o «Consortium» Europeu de Investigações em Ciências Políticas, o Netherlands Institute for Advanced Study de Wassenaar, etc.).
4. Assegurar às acções directas da comissão a mais ampla base possível de contributos, provenientes dos mais diversos horizontes.

Ricardo Petrella

Antigo director do Centro Europeu de Coordenação de Investigação e Documentação em Ciências Sociais, Viena, Austria.

UTOPIA E SOCIALISMO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX — UM COLÓQUIO NO CENTRE CULTUREL PORTUGAIS DE PARIS

Realizado sob os auspícios do Centre Culturel Portugais, da Fundação Calouste Gulbenkian, e organizado e secretariado por Carlos da Fonseca, teve lugar em Paris, de 11 a 13 de Janeiro do corrente ano, um colóquio subordinado ao tema «Utopia e socialismo em Portugal no Século XIX». Esta iniciativa, paralelamente à qual esteve aberta ao público uma exposição bibliográfica e iconográfica sobre os movimentos sociais em Portugal durante os séculos XIX e XX, reuniu as seguintes comunicações:

Albert SILBERT (Clermont-Ferrand) — «Utopie et Socialisme au Portugal (1871-1874) d'après la correspondance diplomatique française»; D. H. PSGEAUX (Paris III) — «Lamennais et le christianisme social dans la Péninsule Ibérique»; J. Pacheco PEREIRA (Porto) — «La formation du mouvement ouvrier à Porto (1850-1870)»; Nabinger de ALMEIDA (São Paulo) — «L'idéologie des émigrants portugais au Brésil au XIXe siècle»; J. Gentil da SILVA (Nice) — «Le modèle étranger dominant et le freinage d'une pensée nationale portugaise au XIXe siècle»; Pierre RIVAS (Paris) — «L'ibérisme et le mythe de la latinité dans les pays de l'Europe méridionale»; M. C. VOLOVITCH (Lycée Charles Lepierre, Lisboa) — «Les origines du catholicisme social au Portugal»; Maria Teresa SALGADO (Centre Culturel Portugais) — «Angelina Vidal: Entre socialisme et féminisme»; Dejanira COUTO (Paris III) — «Les origines du féminisme au Portugal»; Joel SERRÃO (Lisboa) — «Du socialisme à

l'anarchisme»; B. BAYERLEIN (Bochum) — «La première Internationale au Portugal et les relations internationales»; F. MEDEIROS (Paris X) — «Analyse des tentatives de réalisation d'une culture ouvrière»; M. Villaverde CABRAL (Oxford) — «Les politiques du patronat et de l'État à l'égard des classes ouvrières à la fin du XIXe siècle»; Frédéric MAURO (Paris X) — «L'Utopie chez les émigrants açoriens»; Eduardo LOURENÇO (Nice) — «Antero de Quental — Quel socialisme?»; Sérgio LOPES (Porto) — «Traits d'utopie ou de prophétisme dans le mouvement ouvrier portugais»; J. C. Seabra PEREIRA (Paris) — «Littérature d'intervention politique à la fin du XIXe siècle»; Carlos da FONSECA (Paris VIII) — «La classe ouvrière portugaise entre la tradition et la modernité»; Alfredo MARGARIDO (E. H. E. S. S.) — «Analyse de la vision agriculturaliste et instructionniste d'António Feliciano de Castilho»; Américo NUNES (Paris VII) — «Le problème de l'expression chez les utopistes portugais»; Thea DUIJKER (I. I. S. G.) — «Les fonds et les collections portugais à l'I. I. S. G. d'Amsterdam».

Presidiram às várias sessões do colóquio os Professores Joel Serrão (Universidade de Lisboa), Albert Silbert (Universidade de Clermont-Ferrand), Eduardo Lourenço (Universidade de Nice), J. Gentil Martins (Universidade de Nice), José Terra (Universidade de Paris VIII, Vincennes) e Frederico Mauro (Universidade de Paris X, Nanterre).